

ESPECIAL

Informe publicitário

VITÓRIA, ES | SEXTA-FEIRA, 04 DE OUTUBRO DE 2013

ALESSANDRO DE PAULA - 17/09/13

Novos investimentos para a área ambiental

Ações que melhoram a prestação de serviços à população e a proteção e recuperação das florestas estão em andamento no Estado.



Informatização vai agilizar licenciamento ambiental > 2



Curso para gestores atuarem nos municípios > 4



Projeto para cuidar e monitorar o litoral > 6

Licenciamento totalmente informatizado

O Instituto Estadual de Meio Ambiente está se modernizando e em breve deixará de usar papel nos processos de licenciamento

A utilização de papel e tinta para os processos de licenciamento no sistema estadual de meio ambiente e recursos hídricos do Estado está com os dias contados. A partir de fevereiro do ano que vem o órgão deixará de imprimir os processos, sendo que a tramitação ocorrerá de forma totalmente informatizada.

No momento, está em andamento a digitalização dos 3 milhões de documentos relativos à última década. Esse trabalho deverá ser

concluído dentro de um ano. A informatização trará não só agilidade à tramitação dos processos, mas vai ampliar a transparência das respostas aos mesmos, disse Tarcísio Föeger, diretor-presidente Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

Do ponto de vista ambiental, reduzirá custos, já que documentos impressos serão substituídos por eletrônicos, diminuindo despesas com impressão, papel, cópias, correspondências, entre outras.

Para que essa modernização aconteça, estão sendo feitos investimentos na aquisição de softwares necessários à implantação do licenciamento on-line, bem como a instalação de cabos de fibra ótica que vão garantir velocidade. São mais de R\$ 10 milhões destinados à modernização do Sistema de Gerenciamento Eletrônico do Iema.



O SISTEMA ON-LINE vai agilizar todo o processo de atendimento, podendo ser feito através da internet

Para se ter uma ideia do que isso significa, um empreendedor residente no município de Ponto Belo, por exemplo, não precisará vir a Vitória solicitar o licenciamento. Ele poderá fazê-lo via internet, de forma segura e rápida.

REESTRUTURAÇÃO

Também foram feitas algumas reestruturações objetivando atender melhor às demandas da população e do setor produtivo, principalmente com relação ao tempo de resposta do órgão ambiental.

Recentemente, iniciou-se uma reorganização interna no Instituto Estadual de Meio Ambiente com a criação de novas gerências e coordenações, possibilitando uma renovação administrativa, oferecen-

do um atendimento de melhor qualidade para o público externo.

Também se avançou bastante com relação à padronização de

procedimentos, proporcionando melhor fluidez dos processos, eliminação de gargalos e gerando menos morosidade.

TODOS OS PROCESSOS DO IEMA, cerca de 3 milhões de documentos, estão sendo digitalizados. O trabalho será concluído no prazo de um ano



DOCUMENTOS IMPRESSOS serão substituídos por eletrônicos, diminuindo despesas

Reformas e equipamentos transformam estrutura física

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Instituto Estadual de Meio Ambiente, chamados sistema Seama/Iema, estão instalados em Jardim América, Cariacica, próximo à estação Pedro Nolasco, numa área que pertenceu à Vale.

O local, que tem grande fluxo

de servidores e de cidadãos que buscam atendimento, apresentava problemas de infraestrutura e falta de equipamentos. Para resolver esses problemas e oferecer melhores condições de trabalho aos servidores públicos do órgão, o governo do Estado está promovendo intervenções na infraes-

trutura, com algumas reformas.

Cinco obras estão em andamento: ampliação e reforma do refeitório, sede do Programa Reflorestar, reformas dos prédios da Gerência de Fiscalização, Almoarifado, Protocolo e Jurídico, troca de telhas, reforma do reservatório de água para ampliação da rede de abastecimento e pintura dos prédios.

Na parte de mobiliário, foi desenvolvido um projeto de ergonomia e serão adquiridas novas mesas e cadeiras de acordo com as determinações ergométricas.

CAPACITAÇÃO

O sistema Seama/Iema tem entre efetivos e terceirizados um total de 550 servidores. De acordo com o diretor administrativo e financeiro do órgão, Alexandre Segóvia, o corpo técnico se destaca pela formação, com muitos profissionais especialistas, mestres e



PRÉDIO que compõe o sistema Seama/Iema após reforma e pintura. Cinco obras estão em andamento e, na parte de mobiliário, foi desenvolvido um projeto de ergonomia e serão adquiridas novas mesas e cadeiras de acordo com as determinações ergométricas



A SEDE do Programa Reflorestar também passou por reformas

doutores.

Recentemente, uma equipe foi à Espanha participar de um estudo sobre zoneamento costeiro. Outra equipe esteve na Holanda para trocar experiências sobre

área portuária.

Para 2014, Segóvia disse que é aguardada a realização de um concurso público para preencher 47 vagas de nível técnico e 70 de nível médio.



CACÁ LIMA-SEAMA/IEMA

**BACIA
HIDROGRÁFICA
DO RIO JUCU:**
Estado contará
com um órgão
exclusivo para
se dedicar aos
problemas
causados pela
falta de água e
para gerir os
programas
relacionados
aos recursos
hídricos, como
outorga

Agência para cuidar da água

FERNANDO RIBEIRO 12/07/2012



O PROJETO DE LEI está em tramitação na Assembleia Legislativa

Nova autarquia fará monitoramento dos rios em função das cheias e da seca, além do controle do uso da água

Mais da metade do território do Espírito Santo tem déficit hídrico, gerando uma grande demanda nas questões que envolvem a água. Para dar agilidade a esses atendimentos e fortalecer o Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos, o governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa um Projeto de Lei propondo a criação da Agência de Águas, uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama). A expectativa é de que ainda neste mês de outubro o projeto seja votado

pelo plenário.

Com isso, o Estado passará a contar com um órgão exclusivo para se dedicar a gestão das águas capixabas, em especial, aos conflitos causados pela falta dela, principalmente no Norte do Estado, ao monitoramento da qualidade e quantidade de água dos rios, assim como do controle do uso pelas indústrias, abastecimento, irrigação, entre outros. Ou seja, a nova autarquia irá propiciar o melhor gerenciamento dos recursos e ampliação da oferta hídrica.

Entre as funções da Agência está a integração entre o planejamento e o fomento de obras para aumento da reserva de água. Ficará sob sua responsabilidade a implementação dos instrumentos de gestão como a outorga, o Sistema de Monitoramento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que já vinham sendo desenvolvidos por meio do Instituto Estadual de Meio Am-

biente e Recursos Hídricos (Iema).

A secretária de Estado do Meio Ambiente, Diane Rangel, esclarece a necessidade de se trabalhar os recursos hídricos de uma forma diferente. “A parte de outorga e concessão referente aos recursos hídricos está hoje no Iema, na diretoria de Recursos Hídricos. A parte de infraestrutura hídrica está distribuída em vários órgãos como Cesan, na Sedurb e na Seag. É preciso juntar e pensar a disponibilidade hídrica e a sua regulação de uma forma sistêmica, de modo a otimizar os resultados para a sociedade.”

A Agência de Águas poderá apoiar os Comitês de Bacia, cumprindo o papel de Agência de Bacia. A instituição será constituída com base no corpo técnico do Estado, visando reduzir ao mínimo os custos para sua implementação. A expectativa é de que ele entre em funcionamento até o final do ano.

Ações centralizadas darão mais agilidade aos processos

A expectativa é de que a criação da Agência de Águas possa dar mais celeridade às ações que demandam os recursos hídricos no Estado. Por exemplo, uma das formas de possibilitar o aumento da oferta de água em uma região é a construção de barragens. Porém, para garantir a disponibilidade, elas precisam do gerenciamento de sua operação, respeitando o ponto de vista técnico (hidrológico e ambiental).

Até o momento, as obras públicas deste tipo vêm sendo ge-

renciadas por diferentes pastas do governo. Com a Agência de Águas, o Estado passa a centralizar a elaboração e execução destes projetos em um mesmo lugar, centralizando os esforços para a construção de um número maior de estruturas de caráter coletivo e com usos múltiplos, (agricultura, piscicultura, abastecimento humano).

Tal medida também irá contribuir para maior celeridade no atendimento das demandas de microbacias, principalmente no Norte do Estado, que já sofre com déficit hídrico.

A autarquia também já nasce com caráter inovador, seguindo um modelo adotado recentemente por estados como o Ceará e a Paraíba. A novidade é que parte de sua estrutura irá abrigar a Agência de Bacias – braço executivo do Comitê ou de mais de um Comitê de Bacia responsável pela aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica.

Atualmente, o mecanismo é empregado apenas na calha principal do Rio Doce, que é de domínio federal. Nas bacias hidrográficas ca-



A TRIBUNA - 04/05/12

BARRAGEM em Montanha: Norte capixaba já sofre com o déficit hídrico

pixabas ele ainda não é uma realidade. A maioria delas não possui grandes proporções ou potencial para arrecadação, o que dificulta que os colegiados instituem a ferramenta em suas regiões.

Para tornar possível que os comi-

tês atuem em grupo e utilizem a Agência de Bacia do Estado, facilitando a implementação da cobrança, o Projeto de Lei encaminhado à Assembleia Legislativa propõe alterações na Política Estadual de Recursos Hídricos.

Formando gestores ambientais

Para apoiar os municípios na implantação da gestão ambiental, o governo criou um Plano de Desenvolvimento

Uma das prioridades do governo do Estado é o fortalecimento da gestão municipal ambiental. Para tornar isso uma realidade, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama) estruturou um Plano de Desenvolvimento para Gestores Ambientais (PDGA).

O PDGA contou com a participação de 100 representantes de 60 municípios do Estado, sendo 29 do Sul e 31 do Norte. Na ocasião, os secretários e gestores municipais receberam capacitação em temas como resíduos sólidos, recursos hídricos e educação ambiental.

Todo o conteúdo foi transmitido por técnicos do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) de forma dinâmica, com a realização de oficinas, onde cada município elegeu uma área de estudo para a elaboração de um projeto a ser exe-

cutado. Esses projetos foram elaborados e estão em fase de implantação.

Hoje, dos 78 municípios capixabas, 19 já oferecem o serviço de licenciamento ambiental de forma municipalizada. Para os municípios que são muito pequenos, o governo está propondo a formação de consórcios ou a adaptação dos já existentes incluindo entre seus objetivos a gestão ambiental. O piloto desse modelo será o consórcio do rio Guandu, que deverá ter o acordo de cooperação assinado ainda este ano.

“Essa forma permite trabalhar o licenciamento mais próximo do cidadão, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade técnica dos municípios e dos profissionais da região”, disse a secretária de Estado do Meio Ambiente, Diane Rangel.

As prefeituras municipais que participam do PDGA irão receber câmeras digitais, GPSs, notebooks e impressoras multifuncionais. A doação final destes equipamentos está condicionada à implementação dos projetos ambientais nos municípios, que será acompanhada por técnicos do Iema até o final de 2014.

QUEM FAZ

Municípios que já licenciam

- | | | |
|---------------------------|----------------|---------------------------|
| > Anchieta | > Guarapari | > Serra |
| > Aracruz | > Itapemirim | > Vargem Alta |
| > Cachoeiro de Itapemirim | > Linhares | > Venda Nova do Imigrante |
| > Cariacica | > Montanha | > Viana |
| > Colatina | > Muniz Freire | > Vila Velha |
| > Domingos Martins | > Santa Teresa | > Vitória |
| | > São Mateus | |



GRUPO de representantes dos municípios durante reunião do PDGA para estabelecer plano de trabalho

PROJETOS MUNICIPAIS

- | | | |
|--|--|---|
| > AFONSO CLÁUDIO - Criação de Unidade de Conservação | > ECOPORANGA - Revitalização e proteção de nascentes | > MIMOSO DO SUL - Gestão de Resíduos de Poda |
| > ÁGUA BRANCA, CONCEIÇÃO DA BARRA, FUNDÃO, GOVERNADOR LINDENBERG, JERÔNIMO MONTEIRO, PINHEIROS, RIO BANANAL - Construção de arcação normativo para implantação da gestão ambiental | > GUAÇUÍ - Criação da Unidade de Conservação Tremedeira | > MUCURICI - Fábrica de vassouras de garrafa PET |
| > ALEGRE - Coleta seletiva | > IBATIBA - Revitalização do Horto Florestal e criação de Parque Municipal | > MUQUI - Implantação de Coleta Seletiva |
| > ALFREDO CHAVES - “Pró-Benevente” | > IBITIRAMA - Municipalização da gestão ambiental | > NOVA VENÉCIA - Licenciamento ambiental municipal |
| > APIACÁ - Proteção de nascentes | > ICONHA - Coleta de pilhas e baterias | > PIÚMA - Mangue Salgado |
| > ATÍLIO VIVACQUA - Implantação de licenciamento ambiental | > IRUPI - Rede de comunicação entre o produtor rural e o lema | > PONTO BELO - Galpão de catadores |
| > BAIXO GUANDU - Criação da Unidade de Conservação | > ITAGUAÇU - Adequação de estradas, construção de pequenas barragens e cobertura vegetal | > PRESIDENTE KENNEDY - Caravana Ambiental |
| > BARRA DE SÃO FRANCISCO - Implantação do licenciamento ambiental | > ITARANA - Construção e monitoramento de caixas secas | > RIO NOVO DO SUL - Recuperação de vegetação de área degradada pela disposição inadequada de lixo |
| > BOA ESPERANÇA - Capacitação de viveiristas | > IÚNA - Projeto “Ipê” | > SANTA MARIA DO JETIBÁ - Limpeza e desassoreamento de recursos hídricos |
| > BOM JESUS DO NORTE - Coleta seletiva | > JAGUARÉ - “Encontro das Águas” e criação do Comitê da Sub-bacia do Rio Barra Seca | > SÃO DOMINGOS DO NORTE - Fábrica de vassouras de garrafa PET |
| > BREJETUBA - Criação de Unidade de Conservação | > LARANJA DA TERRA - Cadastramento de usuários de recursos hídricos | > SÃO GABRIEL DA PALHA - Capacitação de conselheiros de meio ambiente |
| > CASTELO - Coleta de recicláveis e recolhimento de óleo comestível | > MANTENÓPOLIS - “Águas Saudáveis” | > SÃO MATEUS - Municipalização ambiental |
| > DIVINO SÃO LOURENÇO - Criação de Usina de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos | > MARATAÍZES - Recuperação de restinga | > SOORETAMA - Coleta seletiva e “Cidade Limpa” |
| > DORES DO RIO PRETO - Projeto de licenciamento | > MARILÂNDIA - Construção de galpão e aquisição de equipamentos para a triagem de Resíduos Sólidos Urbanos | > VILA PAVÃO - Recuperação de mata ciliar |

Fonte: Iema

Parceria fortalece coleta seletiva

O número de municípios capixabas comprometidos em cumprir com as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos aumentou este ano. Entre os meses de maio a julho de 2013, dos 78 municípios capixabas, 76 assinaram um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) para a implantação da coleta seletiva de lixo. Também foi assinado um TCA para recuperação das áreas contaminadas por lixões, que contou com a adesão de 68 municípios.

Os Termos de Compromisso Ambiental foram assinados entre as prefeituras e o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho e a Secre-

taria de Estado do Meio Ambiente (Seama), por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

Para acompanhar o cumprimento desses termos, a Seama, por

SAIBA MAIS

Mecanismos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída em 2010 com o objetivo de criar mecanismos capazes de reverter o quadro vivido por grande parte dos municípios brasileiros na destinação do lixo, que resulta em prejuízos ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

meio do Iema, em parceria com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo, inicia neste mês uma série de reuniões nas regiões da Grande Vitória, Noroeste, Norte e Sul do Estado.

“Os itens implicam na redução de lançamento de resíduos no meio ambiente, no reaproveitamento de materiais, na valorização dos catadores, na geração de emprego e renda e na recuperação das áreas degradadas ou contaminadas em função dos lixões”, explicou o analista ambiental da Coordenação de Resíduos Sólidos do Iema, Anderson Ferrari.

Os documentos estabelecem que as prefeituras elaborem o Plano Municipal de Gestão Integrada de

A COLETA SELETIVA em pelo menos um bairro é exigida no Termo de Compromisso Ambiental assinado com municípios



Resíduos Sólidos no prazo de 18 meses, implantem a coleta seletiva em pelo menos um bairro no prazo de 180 dias e encerrem as disposições finais inadequadas.

Pela lei em vigor, as cidades têm até agosto de 2014 para encerrar as atividades dos lixões –

depósitos a céu aberto – e criar aterros sanitários. As dificuldades encontradas para sanar este problema levou o governo do Estado a buscar soluções em parceria com os municípios, elaborando o projeto Espírito Santo sem Lixão.

Participação garantida em conselho

A sociedade civil organizada participa das decisões da área ambiental no Estado, com voz e voto através dos variados conselhos

O sistema estadual de meio ambiente e de recursos hídricos tem como órgão legítimo para emanar todas as ações e os regulamentos os seus respectivos conselhos que contam com a participação de governos, empresas e sociedade civil.

Esse é o espaço onde se discute os diversos interesses e se decide as ações do meio ambiente e dos recursos hídricos. Para ampliar essa participação, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente está fazendo um mapeamento das organizações da sociedade civil para aproximá-las das discussões prioritárias, apoiá-las e criar canais de debate.

Um exemplo desse colegiado é o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), que tem as funções de arbitrar e deliberar em instância final, na esfera estadual, as questões de controle ambiental. O

OS NÚMEROS

24 conselheiros são responsáveis por tomadas de decisões

Consema é formado por representantes da sociedade civil organizada, setor empresarial e poder público, com igual número de cadeiras e de votos.

Os seus 24 conselheiros são responsáveis por tomadas de decisões que vão desde a emissão pelo Iema de uma licença ambiental de grande empreendimento até a autorização para desmatamento, além de redução de multas aplicadas a proprietários rurais e empresas, por exemplo. Seu poder é deliberativo, ou seja, uma vez votada pela maioria de seus membros, a decisão há de ser cumprida pelos órgãos ambientais.



REUNIÃO DO COMITÊ da Bacia do Rio São José: trabalho consorciado traz retorno para toda a região

Os conselheiros representam instituições e não têm vínculo com a Seama/Iema, com exceção dos conselheiros que representam o Iema (poder público). A presiden-

te do Conselho é a secretária de Estado do Meio Ambiente, mas só vota no caso de empate, normalmente preside a reunião.

Para realizar as mesmas funções

do Consema, porém em esfera regional, foram criados pela Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente os Conselhos Regionais de Meio Ambiente (Conremas).

COLEGIADO EM TODAS AS REGIÕES

Conrema I

Conselho Regional de Meio Ambiente I, abrangendo os municípios de Pedro Canário, Pinheiros, Montanha, Boa Esperança, Mucurici, e Conceição da Barra, na Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, e São Mateus, Nova Venécia, Ponto Belo, Vila Pavão, Ecoporanga, Água Doce do Norte, e Barra de São Francisco, na Bacia Hidrográfica dos Rios São Mateus e Cricaré.

Conrema II

Conselho Regional de Meio Ambiente II, abrangendo os municípios de Brejetuba, Afonso Cláudio, Itarana, Laranja da Terra, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Itaguaçu, Pancas, Alto Rio Novo, Mantenedópolis, Colatina, e Baixo Guandu, na Sub-Bacia do Alto Rio Doce.

Conrema III

Conselho Regional de Meio Ambiente III, abrangendo os municípios de João Neiva, Marilândia, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Rio Bananal, Jaguaré, Sooretama, Linhares, e Águia Branca, na Sub-Bacia do Baixo Rio Doce, e Aracruz, Fundão e Ibraçu, nas Bacias Hidrográficas dos Rios Sahy e Reis Magos.

Conrema IV

Conselho Regional de Meio Ambiente IV, abrangendo os municípios de Marataízes, Itapemirim, Presidente Kennedy, Mimoso do Sul, Apiacá, Bom Jesus do Norte, São José do Calçado, Guaçuí, Dorcas do Rio Preto, Divino São Lourenço, e Muqui, Itabapoana, Atilio Vivácqua, Cachoeiro do Itapemirim, Vargem Al-

ta, Castelo, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Muniz Freire, Alegre, Ibitirama, Iúna, Irupi, Ibatiba, e Jerônimo Monteiro, na Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim, Anchieta e Alfredo Chaves, na Bacia Hidrográfica do Rio Benevente, Piúma, Rio Novo do Sul, e Iconha, na Bacia Hidrográfica do Rio Novo.

Conrema V

Conselho Regional de Meio Ambiente V, abrangendo os municípios de Vila Velha, Guarapari, Viana, Cariacica, Marechal Floriano, Domingos Martins, na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, Vitória, Serra, Santa Leopoldina e Santa Maria do Jetibá, na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória; e a Região Metropolitana da Grande Vitória.

RECURSOS HÍDRICOS

Conselho estadual

Para deliberar e arbitrar em última instância, na esfera estadual, o Sistema de Recursos Hídricos conta com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). A Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos define os Comitês de Bacia Hidrográfica como os colegiados que deliberam sobre as decisões referentes à questão da água em suas respectivas bacias hidrográficas.

Estes colegiados também são formados por representantes da sociedade civil organizada, setor empresarial e público. O CERH, por exemplo, define como deve ser feita a outorga. Já os Comitês podem definir as prioridades de uso nas bacias. Existem 14 Comitês instituídos no Espírito Santo, contando com os de bacias com rios de domínio da União, que é o caso do Rio Doce.

Instituto emite autorização para manejo de fauna

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) passou a emitir a Autorização para o Manejo de Fauna Silvestre para os empreendimentos com potencial degradador licenciados pelo órgão. Esse servi-



PRÉDIO do protocolo Seama/Iema

ço passou a ser disponibilizado em junho. Antes, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) era responsável pela emissão do documento.

Essa autorização faz parte do licenciamento ambiental. Ou seja, será exigida nos casos em que for necessário um levantamento, monitoramento, resgate, transporte e destinação de animais silvestres em áreas de influência de empreendimentos licenciados pelo Iema.

Algumas atividades atribuídas à União e desenvolvidas pelo Ibama foram repassadas aos estados em 2011, por meio da Lei Complementar 140, que regulamenta o Artº 23 da Constituição Federal.

Para viabilizar a passagem dessa demanda entre a União e o Estado, o Ibama, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) e o Iema assinaram, em fevereiro de 2013, um Acordo de Cooperação Técnica para implantação das ações de forma gradativa, num período de três anos, durante o qual a gestão da fauna silvestre em cativeiro será compartilhada.

A Autorização para o Manejo de Fauna Silvestre estava entre as atividades a serem transferidas. A última delas está prevista para maio de 2015.

Há outras atividades de gestão da fauna que ainda passarão ao Estado como a emissão de autorização de funcionamento de Cen-



VEADO MATEIRO é um dos animais presentes na fauna silvestre

tros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) e Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (Cras); autorização de funcionamento de mantenedores e criadouros científicos de animais silvestres, assim como a realização de atividades de controle e fiscalização dos mesmos; emissão de autorização de funcionamento

de criadouros comerciais de animais silvestres e realização de controle e fiscalização dos mesmos; emissão de autorização de funcionamento de zoológicos; realização de controle e fiscalização dos mesmos; emissão de autorização para criação amadorista de passeriformes e realização de cadastro de novos criadores.

Projeto para cuidar do litoral

Ação estimula a gestão integrada dos espaços litorâneos, por meio da articulação do governo e também da sociedade

Aracruz, Conceição da Barra, São Mateus, Fundão, Anchieta, Piúma, Marataízes e Presidente Kennedy são os municípios capixabas que já aderiram ao Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla).

O projeto propõe um trabalho voltado a cuidar do litoral, considerando as fragilidades dos ecossistemas, o crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, o aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes da orla.

O Projeto Orla é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, coordenado no Estado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU/ES), sendo executado pelos municípios, observando as políticas ambiental, patrimonial e urbana. Suas ações estimulam a gestão integrada dos espaços litorâneos, por meio da articulação dos governos federal e estadual, das prefeituras e da sociedade.

As etapas básicas do Projeto Orla consistem em duas oficinas, miniofícinas e audiência pública, as quais são desenvolvidas com a participação de entes públicos e



representantes da sociedade civil e comunidade.

Ao final, o resultado é um documento intitulado Plano de Gestão Integrada (PGI), onde constam os trabalhos realizados nas oficinas e as propostas de ações para serem implantadas na orla.

Após a elaboração do PGI esse

documento segue para a análise nas esferas municipal, estadual e federal e, em seguida, é levado à audiência pública, quando é validado pela população.

O município de Fundão foi o primeiro que iniciou o processo de implementação do Projeto Orla. No dia 2 de julho deste ano foi rea-

lizada a audiência pública do PGI do município, que na ocasião foi validado pela comunidade.

Aracruz também está com suas etapas bem adiantadas. O PGI já foi analisado pela Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla (CTE) e, em breve, o documento será encaminhado para avaliação da co-

ordenação nacional em Brasília.

Marataízes foi o município que aderiu recentemente ao Projeto Orla, em março deste ano. Neste momento o município se prepara para os trâmites de contratação do instrutor, capacitado pelo MMA, responsável pela condução das próximas atividades.

Grupo realiza estudos sobre costa capixaba

Mais de 140 milhões de brasileiros vivem em cidades do litoral brasileiro que já começam a sentir os efeitos da erosão provocada pelo avanço do mar. O desenvolvimento econômico do País agrava as pressões sobre a costa brasileira e aumenta sua vulnerabilidade a desastres naturais, como inundações.

Para acompanhar de perto essas alterações, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) desenvolve um Programa de Gestão da Linha de Costa do Estado do Espírito Santo (PGLC-ES). Uma das etapas consiste na implementação do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (SMC-Brasil) ao longo da costa capixaba.

O sistema é uma ferramenta que inclui uma série de modelos numéricos e metodologias que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que o litoral sofre como consequência de eventos natu-

rais ou de atuação humana na costa.

Essa ferramenta foi desenvolvida por pesquisadores do Instituto de Hidráulica de Cantabria da Universidade de Cantabria em Santander, na Espanha, e está sendo adaptada para o litoral brasileiro mediante um Projeto de Cooperação Internacional entre Espanha e Brasil intitulado "Projeto de Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão do Litoral Brasileiro: Sistema de Modelagem Costeira do Brasil".

Com o SMC brasileiro será possível dimensionar problemas como a erosão na costa brasileira e proteção de populações assentadas em regiões abertas com risco de inundações. O sistema é capaz de avaliar o impacto ambiental associado à exploração da indústria de petróleo. Pode delimitar as zonas de domínio público e privado ao longo do litoral, o que permite a recuperação de espaços públicos.

Esse sistema já é utilizado em mais de 12 países em diversos ní-

LITORAL CAPIXABA: O desenvolvimento econômico do País agrava as pressões sobre toda a costa brasileira



veis de administração pública e universidades (Canadá, USA, México, Argentina, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Tunísia, Taiwan, Brasil, El Salvador e Chile), com mais de 1.500 usuários ao redor do mundo.

Inclui bases de dados de dinâmicas marinhas, como ondas, correntes, ventos e nível do mar. Sua utilização é considerada um passo decisivo para o aprimoramento do gerenciamento costeiro brasileiro.

VISITA

Equipe conhece sistema

> PARA CONHECER de perto esse estudo, a equipe da Coordenação de Ordenamento e Gestão Territorial do Iema realizou no mês passado uma missão à cidade de Santander, na Espanha, em parceria com os professores da Universidade de

Cantabria e técnicos do governo espanhol com o objetivo de conhecer a experiência espanhola na Gestão Costeira Integrada e o uso do SMC. Agora, a equipe vai elaborar uma estratégia de implementação do Sistema no Espírito Santo.



FOTOS IPRAM

CENTRO DE REABILITAÇÃO recebe um animal por dia. No momento, conta com pouco mais de 70 bichos, como pinguins e outras aves marinhas

Pinguins são tratados em Centro de Reabilitação

As aves encontradas nas praias do litoral capixaba são acolhidas para se recuperarem do cansaço e também de enfermidades

A cada dia novos pinguins chegam ao Centro de Reabilitação de Animais Marinhos, localizado na sede do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), em Cariacica. As aves encontradas nas praias do litoral capixaba são acolhidas no local para se recuperarem do cansaço e de possíveis ferimentos, até que possam retornar ao seu habitat natural, o mar.

A reabilitação dos pinguins é realizada no Estado desde 2010 pelo Instituto de Pesquisa e Reabilitação de Animais Marinhos (Ipram) e pelo Iema, sendo que mais de 650 aves já foram reabilitadas neste período.

Para melhorar as condições de realização desse trabalho, o Centro de Reabilitação foi ampliado e desde julho funciona com novas instalações.

Em média, o lugar recebe um animal por dia. No momento, pouco mais de 70 animais passam por reabilitação. Além dos pinguins há outras aves como garças e andorinhas do mar.

“O local ainda não é aberto para visitação pública, para que o tratamento e os cuidados com os ani-

mais possam ser prioridade. Mas, no futuro, teremos uma estrutura adequada à visitação”, disse a coordenadora do Grupo de Fauna do Iema, Tainan Bezerra.

Essa iniciativa conta com o apoio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) por meio do Projeto de Monitoramento de Praia, que estabelece que as condicionantes ambientais de empresas de exploração de petróleo sejam direcionadas para a reabilitação de animais encontrados no litoral do Espírito Santo e Norte do Rio de Janeiro.

O médico veterinário do Ipram, Luís Felipe Mayorga, alerta que estas aves só podem ser capturadas em caso de encalhe nas praias e não devem ser colocadas em ambientes frios.

“A primeira medida é tentar aquecê-la, colocando-a em uma caixa de papelão forrada com jornal ou pano. Logo após, o resgate deve ser chamado. Muitos pinguins morrem antes mesmo de chegar ao Centro de Reabilitação. Algumas pessoas fotografam e ficam manuseando o bicho, que acaba não resistindo por estar fraco, com fome e com frio. Devemos sempre lembrar que eles são animais silvestres e o contato com os humanos não faz parte da natureza deles”, explicou.

Se alguém encontrar um animal marinho na praia que precise de cuidados, deve entrar em contato com o Ipram pelo telefone (27) 9865-6975.

SAIBA MAIS

Viagem pelo Atlântico rumo ao Norte

➤ **OS PINGUINS DE MAGALHÃES** possuem colônias na Patagônia do Chile e da Argentina e se alimentam, principalmente, de peixes como anchova e a sardinha. Durante o inverno, sobem a costa do Atlântico em direção ao Norte, seguindo as correntes marinhas em busca de alimento.

➤ **ATÉ CHEGAREM AO ESPÍRITO SANTO**, eles percorrem mais de 3,5 mil quilômetros. Os animais encalham nas praias quando não acham comida. Nesta situação, se encontram fracos e debilitados, alguns até machucados.

➤ **DURANTE A FASE DE RECUPERAÇÃO**, cada um deles consome aproximadamente um quilo de peixe por dia, além de medicamentos e fungicidas. Após se recuperarem, são soltos em alto mar, o que normalmente ocorre no município de Anchieta.

➤ **ENTRE OS FATORES QUE ESTÃO SEN-**



DESDE 2010, 650 aves já foram reabilitadas pelo Instituto

DO ESTUDADOS por especialistas para explicar o aumento do aparecimento dos pinguins na costa capixaba está o fenômeno La Niña, que in-

fluencia as correntes marinhas, e a pesca predatória, que diminui a oferta de alimentos.

➤ **ESSE TRABALHO** pode ser acompanhado pelo site www.ipram-es.org.br.

O TRINTA RÉIS ESTÁ ENTRE as espécies acolhidas e tratadas no centro de reabilitação. As aves só podem ser capturadas em caso de encalhe nas praias



ISABELA NUCCI/SEAMA

DEPOIMENTO



Referência

“Nosso trabalho começou quando percebemos que não existiam locais e pessoas com experiência para realizar o atendimento aos pinguins que encalhavam em grande quantidade no litoral do Estado.

No início não tínhamos estrutura adequada e trabalhávamos com poucos recursos. Isso fazia-nos gastar muito tempo procurando doações e outras formas de ajuda, ao mesmo tempo em que atendíamos os animais.

Nos dois últimos anos o valioso apoio do Iema e do Ibama nos ajudou a atrair os recursos necessários e a estruturar o nosso centro de reabilitação, tornando-nos uma das instituições de referência no atendimento às aves marinhas no Brasil, recebendo inclusive pinguins resgatados em outros três estados.”

Luís Felipe Mayorga,
veterinário



LOCAL não é aberto à visitação

Mais área de floresta preservada

Iniciativa do governo visa a ampliação da cobertura vegetal no Espírito Santo, gerando oportunidades para o homem do campo

A té o próximo ano a área de Mata Atlântica no Estado será ampliada em 30 mil hectares, conforme o Programa Reflorestar. Essa iniciativa do governo do Estado começou em 2011 e visa a ampliação da cobertura vegetal no Espírito Santo gerando oportunidades para o homem do campo que deseja preservar, recuperar ou promover atividades sustentáveis de uso do solo.

“O Reflorestar une conservação, preservação e desenvolvimento”, comenta a secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Diane Rangel.

O programa prevê pagamento ao proprietário rural que tem mata nativa em pé. Por outro lado, se existe área importante para ser recuperada, o programa oferece um conjunto de alternativas para que se possa fazer a recuperação das áreas degradadas, através da implantação de florestas para fins de conservação ou que conciliam conservação com geração de renda.

Para mobilizar os produtores rurais a se cadastrarem, já foram realizados oito encontros de articulação em Linhares, Afonso Cláudio, Jerônimo Monteiro, Venda Nova

do Imigrante, Itaguaçu, Rio Bananal, Sooretama e Mimoso do Sul, Boa Esperança, Pinheiros, Mucurici, São Gabriel da Palha e Ibirapu. Mais de 15 reuniões estão previstas para acontecerem este ano.

Nos encontros, são apresentadas as seis modalidades do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais. Os interessados em participar são convidados a se cadastrar durante o evento.

O objetivo do Reflorestar é incentivar o produtor rural a proteger a terra em que vive e ganha o seu sustento, mas gerando oportunidade de renda para que os mesmos possam incrementar suas propriedades e diversificar a produção. Ou seja, quem preserva/conserva o meio ambiente é reconhecido pelo Estado pelo serviço ambiental prestado com pagamento em dinheiro (PSA).

Atualmente, 20 proprietários rurais recebem por meio do PSA via Programa Reflorestar em Afonso Cláudio, Castelo, Brejetuba, Laranja da Terra, Linhares e Santa Teresa. Com um investimento de R\$ 544.598,60 os pagamentos realizados irão viabilizar a recuperação de 108 hectares de florestas e ajudar a proteger outros 84,23 hectares. Mais 121 produtores estão cadastrados e com os projetos e contratos sendo finalizados, viabilizando novos 563,31 hectares com formações florestais implantadas e 242,01 hectares de florestas protegidas, investimentos de R\$ 1.3 milhões. Até o início de 2014, 1.300 proprietários devem estar recebendo pelo Reflorestar.



PLANTAÇÃO DE CAFÉ dividindo espaço com mata nativa rendem bons frutos para produtores e o meio ambiente

MODALIDADES

Conservação e recuperação

- **PARA ATINGIR A META**, o programa utiliza seis modalidades de conservação, recuperação e sistemas de uso amigável do solo.
- **CONSERVAÇÃO DE FLORESTA EM PÉ**: propriedades que já possuem área de cobertura florestal nativa preservada serão estimuladas, via pagamento direto aos proprietários, a manter tal área através da conservação das mesmas.
- **REGENERAÇÃO NATURAL**: consiste no isolamento e eliminação do fator de degradação em uma determinada área (cultivo agrícola, pasto, etc.), para que sua vegetação seja reconstituída de forma natural.
- **RECUPERAÇÃO COM PLANTIO**: consiste no plantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em áreas degradadas com o objetivo de



MUDAS para reflorestamento

recuperar as funções ecossistêmicas do local.

- **SISTEMAS AGROFLORESTAIS**: combinam, em um mesmo sistema, espécies lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras, etc.) e culturas agrícolas (café, cacau, cupuaçu, etc.). Portanto, compreendem pro-

dução e conservação dos recursos naturais. Além da diversificação da produção, e consequente distribuição do rendimento dos produtores rurais ao longo do ano, sistemas agroflorestais auxiliam na conservação dos solos e microbacias.

- **SISTEMAS SILVIPASTORIS**: combinam, em um mesmo sistema, árvores e pastagens. O sistema silvipastoril auxilia na conservação dos solos e microbacias e, por ser multifuncional, possibilita diversificar a produção.

- **FLORESTA MANEJADA**: cultivo de espécies florestais destinadas ao manejo sustentável da área, preservando serviços ambientais relacionados à proteção do solo, da biodiversidade e da água e gerando renda para o produtor rural.



ÁREA em Santa Teresa: programa paga proprietário que preserva

NELSON GOMES - 29/06/11

DEPOIMENTOS

Preservar e reflorestar

“Soube do Programa Reflorestar pelo rádio e também conversando com meus vizinhos. O meu interesse em participar surgiu porque acho importante que a gente procure preservar e reflorestar o nosso meio ambiente”.

Elison Vervolet – Laranja da Terra, região Norte do Estado.

Áreas regeneradas

“Faço parte do programa desde o início deste ano e reconheço a sua importância. Acredito que seja benéfico para todo mundo que áreas sejam regeneradas a partir de reflorestamento. E, só aqui no meu terreno, serão quase 4 hectares regenerados”.

Abílio Giestas Alves – Distrito de São Francisco, município de Afonso Cláudio, região serrana do Estado.

Nova reserva em Santa Teresa

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Beija-flor, em Santa Teresa, é mais um instrumento de preservação ambiental de interesse público e de caráter perpétuo do Estado, ou seja, a preservação da mata é garantida por lei para sempre.

Reconhecida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), a Unidade de Conservação foi criada no último dia 29 de agosto e abrange uma área de 33,34 hectares.

As RPPNs contribuem para a formação de Corredores Ecológicos e para a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, por meio da conservação da cobertura vegetal.

Além disso, essas reservas podem ser atendidas na modalidade “floresta em pé” pelo Reflorestar - programa estruturante do governo do Espírito Santo, coordenado pela Secretaria de Estado do Meio



MUNICÍPIO DE Santa Teresa abriga importante área de preservação

NELSON GOMES - 27/03/10

Ambiente e Recursos Hídricos (Seama).

Uma floresta nativa com o título de RPPN recebe um bônus de 40% do valor pago por hectare da mata preservada. Além disso, por se tra-

tar de um ato voluntário por parte do dono do terreno, elas são contribuições importantes para a conservação da biodiversidade. Até 2012, as áreas de RPPN do Estado compreendiam 4.302,11mil hectares.

Parques recebem melhorias

Um valor de R\$ 10 milhões está sendo investido em obras para melhorar as condições de parques estaduais capixabas

Os parques estaduais que são administrados pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) estão recebendo um conjunto de obras de infraestrutura, cujo investimento totaliza cerca de R\$ 10 milhões.

Estas obras constituem a construção, reforma e ampliação das sedes estruturais, dos centros de visitantes e dos alojamentos dos parques de Forno Grande (fase de contratação da empresa para execução), da Pedra Azul (finalizando o projeto) e de Itaúnas e Paulo Cesar Vinha (ambos em fase de elaboração de projetos).

No Parque Estadual de Forno Grande já foram realizadas intervenções para melhorias nas trilhas e na sinalização interna da unidade. O Parque da Pedra Azul é o próximo a receber estes serviços e já está finalizando o projeto para contratar empresa especializada. Para ambos, o investimento representa algo em torno de R\$ 200 mil.

PROJETO

O diretor-presidente do Iema, Tarcísio Föeger, comentou que para se fazer qualquer tipo de obra dentro de uma unidade de conservação se faz necessário um projeto especial, que respeite os limites ambientais. Por isso mesmo, as obras que estão sendo feitas, demandaram estudo e projeto adequado.

Passada esta etapa da aprovação dos projetos, o Parque Estadual da Pedra Azul será o próximo parque que terá as obras iniciadas. Previstas para começarem ainda este e estarem concluídas até o próximo inverno, temporada que o parque recebe o maior número de visitantes.

As obras no Parque da Pedra Azul contemplam um auditório para a realização de palestras, usado principalmente nos programas de educação ambiental, centro de visitação e acesso pavimentado dentro da unidade.



CACÁ LIMA-SEAMA/IEMA

PEDRA AZUL: dentre as intervenções estão previstas para esses espaços ambientais para melhorias nas trilhas e na sinalização interna da unidade. O Parque da Pedra Azul é o próximo a receber estes serviços e já está finalizando o projeto para contratar empresa especializada

O Parque Estadual de Itaúnas, o que registra o maior número de visitantes dentre os seis parques, 50 mil só em 2012, do total de 100 mil pessoas que visitaram todos os parques estaduais, também receberá obras ainda este ano.

Nele serão construídas uma nova sede e postos de fiscalização. O diretor-presidente do Iema lembrou que os parques possuem equipe técnica que atua em todos os dias da semana, 24 horas por dia, garantindo o monitoramento e a fiscalização das unidades de conservação. A expectativa é de que até o final de 2014 todas as obras estejam concluídas e os parques prontos para as visitas.

OS NÚMEROS

6 parques estão abertos a visitação

100 mil visitantes passaram pelos parques em 2012

Destaque para formações rochosas

Localizado na região serrana do Estado, no município de Domingos Martins, distante 89 quilômetros de Vitória, o maciço da Pedra Azul tem seu pico de 1.822 metros de altitude.

Também é conhecida como a Pedra do Lagarto, devido a uma saliência em forma de um animal que parece subir pela sua encosta. Aos fundos, na mesma formação rochosa de granito e gnaíse, avista-se a Pedra das Flores, com 1.909 metros de altura.

O Parque Estadual da Pedra Azul é uma reserva natural com uma área total de 1.240 hectares, compreende trilhas, fauna e flora diversificadas.

Os maiores atrativos do parque são mesmo as formações rochosas, destacando-se a Pedra do Lagarto unida à Pedra Azul e a Pedra das Flores. O Parque Estadual da Pe-



IGOR MIRANDA/PANORAMIO

PISCINA NA PEDRA AZUL: reserva natural possui uma área total de 1.240 hectares, compreende trilhas, fauna e flora bastante diversificadas

dra Azul foi criado pela Lei nº 4.507/91, para proteger um conjunto de valores naturais.

O local possui três trilhas abertas à visitação: a Trilha do Lagarto, com 480 metros, de onde se contempla o Caparaó e o Parque Estadual Forno Grande; a Trilha das Piscinas, com 1.200 metros, onde se observa nove piscinas naturais escavadas pela ação das águas; e a Trilha da Pedra Azul, com 945 metros, onde o visitante tem contato direto com o paredão rochoso de 500 metros de altura.

PARA VISITAR

Parque Estadual da Pedra Azul

- > **LOCALIZAÇÃO:** município de Domingos Martins, distrito de Pedra Azul
- > **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** todos os dias, das 8h às 17h
- > **TRILHAS DEVEM SER PREVIAMENTE AGENDADAS.** trilhas das 9h às 12h e das 13h30 às 15h30h
- > **INFORMAÇÕES:** (27) 3248-1156

Plantas e animais podem ser observados

Como o próprio nome diz, Mata das Flores, o parque é frequentado para caminhadas entre as grandes árvores e a variedade da flora com bromélias e orquídeas e verde abundante.

O parque possui jequitibás com mais de 3 mil anos, que para serem abraçados são necessários 10 adultos de mãos dadas. Sua fauna inclui gaviões, corujas, pega-macaco, caracará, urubus e corujas. Possui mananciais, e animais como quatis, lontras, la gartos, tamanduás,

veados, pacas, tatus, entre outros animais da Mata Atlântica.

O parque foi criado pela Lei nº 4.617, de janeiro de 1992. Este remanescente florestal da Mata Atlântica localizado nas terras quentes de Castelo propicia a formação de um Corredor Ecológico desde suas terras quentes até as terras mais altas e frias dos Parques Estaduais de Forno Grande e Parque Estadual da Pedra Azul.

O entorno do Parque é de propriedades que cultivam café.

PARA VISITAR

Parque Estadual Mata das Flores

- > **LOCALIZAÇÃO:** Município de Castelo.
- > **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** terça a sexta, das 8h às 17h. Funcionamento exclusivo para grupos escolares. O agendamento pode ser feito pelo e-mail pemf.iema@gmail.com ou pelo telefone (28) 3542-3257.



A MATA DAS FLORES jequitibás com mais de 3 mil anos e muitos animais



LAURO NARCISO-SEAMA/IEMA

O PARQUE PAULO CÉSAR VINHA abriga espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, como o ouriço preto

Opção de passeio no caminho da praia

O parque em Guarapari tem matas, dunas, praias, lagoas de água salgada e doce, ideal para quem busca tranquilidade

Com uma área de 1,5 mil hectares, o Parque Estadual Paulo César Vinha, às margens da Rodovia do Sol, no município de Guarapari, é destino de muitos surfistas e turistas. O parque tem matas, dunas, praias, lagoas de água salgada e doce, ideal para quem busca tranquilidade.

O local abriga espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção como a pimenteira rosa e o ouriço preto, além de espécies endêmicas como algumas pererecas e libélulas. Também fazem parte deste cenário, animais diversos como a preguiça, o tamanduá e a cutia.

A Trilha da Clusia é a mais movimentada. Ela leva até à praia, onde é possível a prática do surfe, e a Lagoa de Carais, com sua coloração avermelhada e água morna.

O verão é o período de maior movimento. Para receber bem, o parque reforça a presença de monitores ambientais na sede, na Lagoa de Carais e no percurso das trilhas. São desenvolvidas também atividades lúdicas de educação ambiental com os visitantes.

Outra opção de passeio é a Área de Proteção Ambiental de Setiba, que é a maior do Estado, com 12.960 hectares, também localizada em Guarapari. Na porção continental, apresenta formações de restinga, manguezal e mata de tabuleiro, e na porção marinha, o arquipélago de Três Ilhas.

Nessa área, o visitante tem acesso a praias bem movimentadas, com quiosques, aluguel de caiaques e onde se pode chegar de carro. Tem também campings, pousa-

das e restaurantes.

Ainda nessa rota há a área de proteção ambiental de Praia Mole, no município da Serra, e criada para ser zona de integração entre as áreas industrial, residencial, turística e de proteção de remanescentes de vegetação nativa. Ainda que em área urbana, a região abrange balneários de rara beleza, propícios à prática de surfe, além de lagoas.

PARA VISITAR

Parque Estadual Paulo César Vinha

- > LOCALIZAÇÃO: Guarapari
- > HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: todos os dias, das 8h às 17h
- > TRILHAS ABERTAS podem ser feitas das 8 às 15h30 (até cinco pessoas). Trilhas com grupos devem ser agendadas no parque
- > INFORMAÇÕES: (27) 3242-3665 (27) 9727-6295

Trilhas e vegetação em Castelo

O Parque Estadual do Forno Grande protege o segundo maior ponto culminante do Estado, o Pico do Forno Grande, com 2.039 metros de altitude, compreendendo uma área de 730 hectares.

O Parque possui estrutura aberta ao público, com centro de visitantes e trilhas de fácil acesso. O centro de visitação possui banheiros, bebedouros e coleções de fauna e flora. Ainda conta com um alojamento restrito para pesquisadores, com camas, colchões, cozi-

nha e banheiro.

Não há camping ou lanchonete no interior do parque, mas há opções de pousadas e restaurantes nas proximidades.

No local vivem espécies de animais em extinção, como a onça-parda, a jaguatirica e o macaco mono-carvoeiro. No topo do Pico, área de preservação, concentra-se uma mata com cerca de 300 metros, que segundo o pesquisador Augusto Ruschi, trata-se da maior floresta de altitude do mundo.

SAIBA MAIS

Parque Estadual de Forno Grande

- > LOCALIZAÇÃO: Município de Castelo.
- > HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: terça a domingo, das 8h às 17h.
- > TRILHAS COM SAÍDA às 9h e às 13h30
- > TODAS AS TRILHAS precisam ser agendadas.
- > INFORMAÇÕES: p e f g . i e m a @ g m a i l . c o m ou pelo telefone (28) 9966-7550.



KARLA FAFÁ-SEAMA/IEMA

PORTADOR DE TRANSTORNO mental: projeto visa potencializar a qualidade de vida e intensificar a relação com o meio ambiente

Projeto abre caminhos para a inclusão social

O Parque Estadual Paulo César Vinha foi preparado para receber a visita de pessoas com deficiência física ou intelectual e transtorno mental. O Projeto Trilha Cidadã, que teve início em 2011, já levou mais de 300 pessoas de instituições assistenciais ao parque, localizado no município de Guarapari. A atividade tem como objetivo potencializar a qualidade de vida através da relação entre o homem e o meio ambiente.

Além disso, o projeto visa a inclusão dessas pessoas nas atividades de educação ambiental do parque. Tudo isso, por meio de um trabalho em parceria com instituições educacionais, assistenciais e de saúde, que incentivam o uso das unidades de conservação como instrumento de intervenção psicossocial.

Para a implantação do projeto piloto de acessibilidade no parque foram realizadas intervenções na unidade como a instalação de guia de corda, rampas, barras de apoio, modificações na rota e acertos no piso para dimi-

nuir as irregularidades na Trilha da Clússia.

Foram incluídas placas em braile para os banheiros e um mapa tátil, para a localização dos deficientes visuais.

No mês de julho, o Trilha Cidadã adquiriu uma cadeira de rodas adaptada para terrenos acidentados, cuja aplicabilidade ainda está em fase de teste.

Segundo o diretor-presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Tarcísio Föeger, a iniciativa é importante para que a sociedade crie um elo de diálogo com os parques estaduais, além de transformar as unidades em ferramentas importantes para o desenvolvimento da educação ambiental.

“É importante adequarmos as unidades de conservação para quem tem algum tipo de dificuldade para que a sociedade possa interagir com a natureza. Os parques não podem ser limitados para a sociedade. A finalidade é proporcionar espaços abertos para a comunidade interagir com o meio ambiente”, ressaltou o diretor-presidente do Iema.

As trilhas interpretativas são avaliadas previamente por representantes das instituições participantes com o objetivo de identificar o percurso mais adequado para a execução das atividades a serem desenvolvidas pelos visitantes.

De acordo com Karla Fafá, psicóloga e coordenadora do Trilha Cidadã, um dos benefícios das visitas é a aproximação da sociedade com a natureza.

“O projeto, por meio do Iema, dá uma abertura para que as pessoas conheçam e participem de espaços naturais como o Parque Estadual Paulo César Vinha”, afirma.



KARLA FAFÁ-SEAMA/IEMA

CEGOS fazem passeios



CACÁ LIMA-SEAMA/IEMA

EM FORNO GRANDE há centro de visitação e trilhas de fácil acesso

Parque que é Patrimônio da Humanidade

O Parque Estadual de Itaúnas tem mais de 414 diferentes espécies vegetais, 183 de aves, 43 de mamíferos e outros

Em 1992, o Parque Estadual de Itaúnas foi tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. O parque apresenta ambientes como a mata de tabu-

leiro, fragmento florestal em extinção no Espírito Santo, restinga, dunas, ambientes estuarinos de mangues, uma extensão expressiva do rio Itaúnas e a mais representativa região de alagados do Espírito Santo.

O bom estado de conservação destes variados habitats, aliado à grande diversidade de espécies vegetais, coloca a unidade como local de extrema importância para a manutenção de uma fauna riquíssima.

Foram registradas mais de 414

ITAÚNAS
ATRAI turistas por causa das praias e outras belezas naturais, como as famosas dunas e reservas



TADEU BIANCONI

Mirante com vista para a Cachoeira

O município de Alegre abriga um dos patrimônios naturais mais importantes do Estado, o Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça, um cartão-postal da cidade e forte atrativo turístico.

Localizado no limite com Ibitirama, o parque recebe milhares de turistas de todo o Estado e de outros interessados em apreciar o belo visual e se refrescar em seus remansos. A área é de 162,5 hectares de mata.

Além da cachoeira, que tem uma queda de cerca de 144 metros, o local tem trilhas muito procuradas pelos visitantes, como a do Gorila, que leva à parte mais alta do parque, de onde se tem uma visão privilegiada da cachoeira.

O parque conta com posto de fiscalização, auditório, instalações

sanitárias e estacionamento, além de estrada de acesso pavimentada. Além de excursões de jovens, o local recebe também pesquisadores e ambientalistas.

SAIBA MAIS

Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça

- > LOCALIZAÇÃO: Alegre e Ibitirama.
- > HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: das 8h às 17h
- > INFORMAÇÕES: (28) 9999-0639
- > TODOS OS DIAS.
- > TRILHAS FECHADAS: Graminha, Mirante do 4º parque e Seu Jaci*
- > *PRECISAM DE AGENDAMENTO e só podem ser feitas com monitor
- > TRILHAS ABERTAS: trilhas de acesso à cachoeira

PALÉ ZUPANI-SEAMA/IEMA



CACHOEIRA DA FUMAÇA, um dos cartões-postais de Alegre



LAURO NARCISO-SEAMA/IEMA

O PARQUE DE ITAÚNAS apresenta fragmento florestal em extinção no Espírito Santo

diferentes espécies vegetais, 43 de mamíferos, 183 de aves, 32 de répteis, 29 de anfíbios e 101 de peixes.

O parque abriga, ainda, 23 sítios arqueológicos, locais de concentração de vestígios de assentamentos humanos pré-históricos, como pedras lascadas, cerâmica indígena e diversos artefatos da época da colonização. Tudo isso caracteriza a singularidade e importância da unidade.

PARA VISITAR

Parque Estadual de Itaúnas

- > LOCALIZAÇÃO: Conceição da Barra, próximo à Vila de Itaúnas
- > HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: todos os dias, das 8h às 17h
- > O AGENDAMENTO DAS VISITAS com trilha é feito pelo e-mail pei@ie-

ma.es.gov.br ou por telefone. O serviço é feito por membros do grupo Condutores Ambientais. Trilhas que não forem agendadas dependerão da disponibilidade dos condutores

> INFORMAÇÕES: (27) 3762-5196

Monte Verde é a mais nova reserva particular do Estado

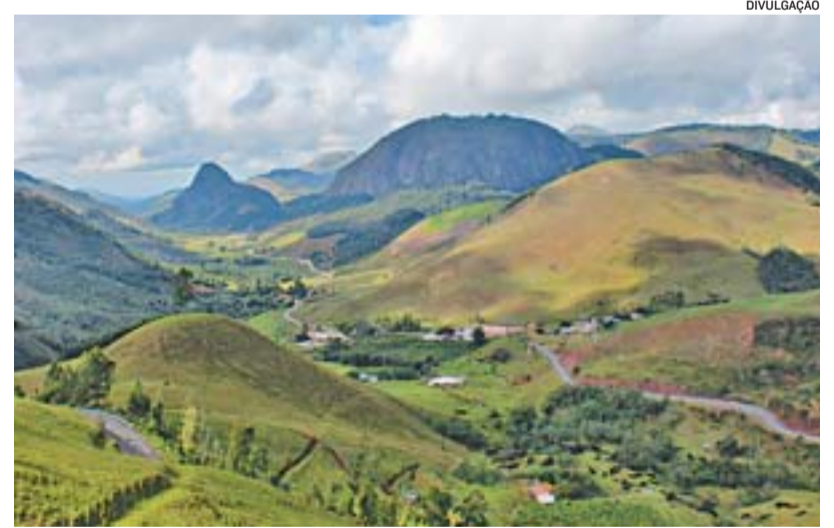
Para proteger áreas contínuas de florestas entre o Parque Estadual da Pedra Azul, em Domingos Martins, e o Parque Estadual de Forno Grande, em Castelo, o governo do Estado adotou medidas que vão contribuir com a preservação de matas em bom estado de conservação e de espécies ameaçadas de extinção.

Uma das medidas é um decreto que amplia o parque em aproximadamente 180 hectares. O objetivo é a proteção da pedra do Forno Grande que, com a aquisição de novas áreas, será possível criar trilhas e melhorar a infraestrutura da unidade.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), a MVI Administradora de Investimentos Imobiliários Ltda e a Prefeitura de Vargem Alta também assinaram um Termo de Compromisso para o Reconhecimento de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) na região de Monte Verde, no município de Vargem Alta.

A reserva irá abrigar uma grande extensão de mata em bom estado de conservação. Seu território será de dois mil hectares. Entre as unidades desta categoria no Estado, esta será a segunda maior.

No local há a ocorrência da saíra-apunhalada, que figura na lista dos animais ameaçados de extinção. A ave é típica da região e chegou a ser considerada extinta por mais de 50 anos. Contudo, no final



DIVULGAÇÃO

MONTE VERDE fica em Vargem Alta, entre Pedra Azul e Forno Grande

SAIBA MAIS

Área de conservação privada

- > A RESERVA PARTICULAR do Patrimônio Natural é uma Unidade de Conservação privada, sua criação parte de um ato voluntário e possui caráter perpétuo.
- > PARA ESTIMULAR que mais reservas sejam criadas, foi instituído por meio de decreto o Programa Estadual de Apoio e Incentivo às RPPNs. Será

possível beneficiar os proprietários com a doação de produtos e equipamentos, conversão de multas, compensação ambiental e com o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais. A partir de agora, o Estado poderá reconhecer estas reservas em áreas urbanas e não somente em zonas rurais.

da década de 1990, pesquisadores comprovaram sua existência nas regiões Sul e Serrana do Estado.

Monte Verde fica entre os Parques de Forno Grande e da Pedra

Azul e a criação da reserva irá contribuir para a conexão entre as duas Unidades de Conservação (UC), interligando fragmentos florestais e preservando a biodiversidade.

Novos rumos para o Caparaó

Incrementar as opções de lazer no parque é uma das medidas para melhorar infraestrutura local, que passa por dificuldades

O governo do Espírito Santo, representado pelas secretarias estaduais do Turismo (Setur) e do Meio Ambiente (Seama) está discutindo os rumos do Parque Nacional do Caparaó com o órgão gestor da unidade, ICM-Bio. Também participam das reuniões representantes do Consórcio do Caparaó e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

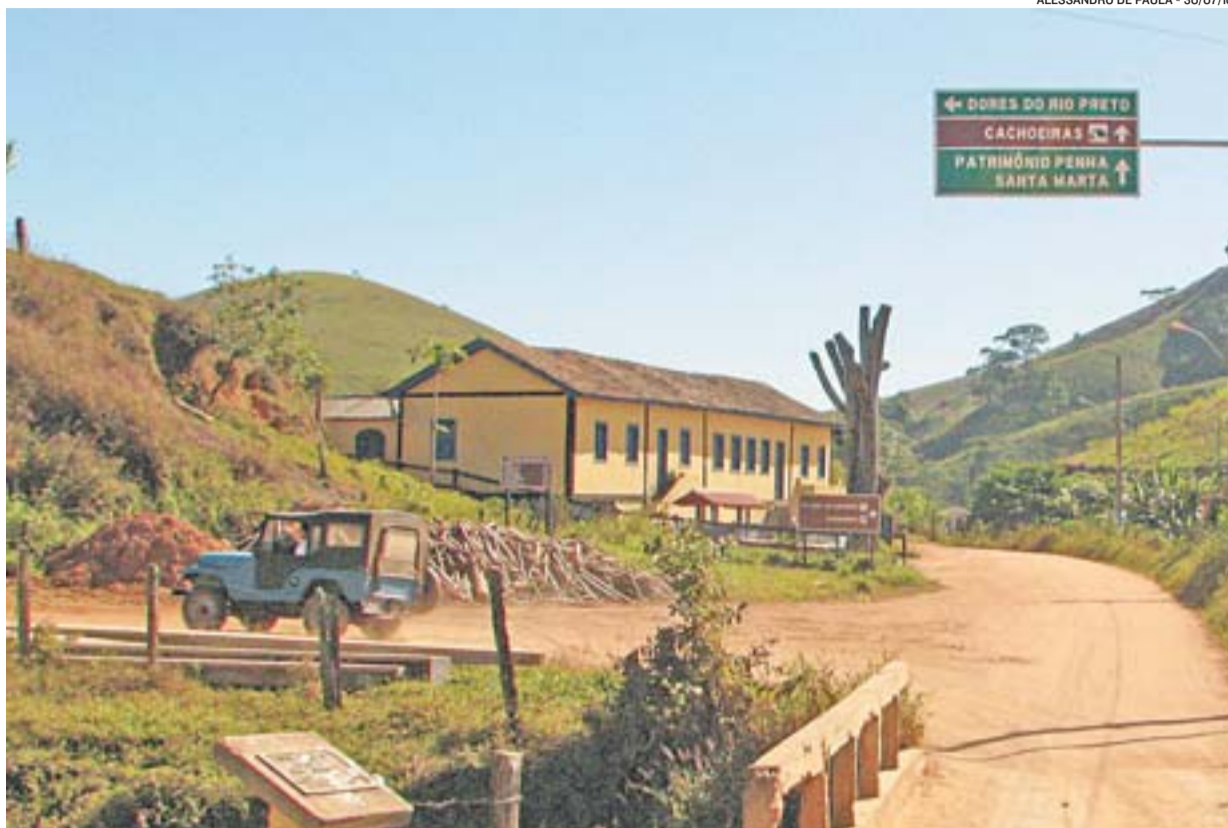
O objetivo é melhorar a infraestrutura do parque, que vem passando por problemas administrativos de ordem financeira, e incrementar ainda mais as opções de lazer no local para que a entrada pelo lado capixaba se torne atrativa para os turistas. Aproximadamen-

te 78% do território da unidade esta localizado no Espírito Santo.

Recentemente foi inaugurada a Estrada Parque, que dá acesso à portaria principal no Espírito Santo. Além disso, o Sebrae apresentou um planejamento de ações para o desenvolvimento do turismo no local. Contudo, a implementação destas ações está vinculada ao bom atendimento ao público e funcionamento adequado da unidade.

A proposta da Seama ao ICMBio consiste na adoção de um sistema de gestão compartilhada do Parque do Caparaó, por meio da qual será possível atender às demandas de infraestrutura existentes no local hoje e estimular a visitação do lado capixaba. Em breve haverá uma nova reunião com o ICMBio para discutir qual a forma de gestão poderá ser adotada pelos dois órgãos.

Entre os desafios estão a estruturação de sistemas informatizados, integração entre os poderes públicos federal, estadual e municipal e elaboração de instrumentos voltados para a implementação de políticas de gestão a serem adotadas.



O ACESSO ao Parque do Caparaó e ao Pico da Bandeira foi estruturado para receber melhor o visitante

Novo modelo de gestão nos parques

O governo do Estado estuda a adoção de um novo modelo de gestão para as unidades de conservação gerenciadas pela Seama, por



VISTA do Pico da Bandeira

meio do Iema, que possuem uso público. A ideia é ampliar a relação dos capixabas com estes espaços.

Pensando nisso, foi assinado um Acordo de Cooperação entre a Seama, Sedu, Setur e Aderes para o desenvolvimento de novos instrumentos como os Planos de Uso Público, além da formação de pessoas que trabalhem a cadeia produtiva deste negócio sustentável.

“É muito importante que o público conheça os parques, só que é necessário que a gente faça a rees-

truturação desses espaços para que a sociedade encontre ali, além da contemplação, outras atividades”, disse a secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Diane Rangel.

Segundo ela, no mundo inteiro os parques são unidades de conservação e de negócios. “Queremos agregar esse negócio aos nossos parques com lanchonetes e serviços de ecoturismo, dentro dos critérios de conservação. Assim se cria novas alternativas de lazer”.

Livro revela fotos inéditas da Reserva de Duas Bocas

Uma das áreas protegidas mais antigas e importantes do Espírito Santo ganhou uma publicação especial: o livro Últimos Refúgios – Reserva Biológica (Rebio) de Duas Bocas. Localizada em Cariacica, a unidade é tema de uma série fotográfica inédita. A edição conta com fotos de animais ameaçados de extinção e textos explicativos. Também faz parte do projeto, um documentário homônimo.

A área onde está localizada a reserva gerenciada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos completou 100 anos de preservação em 2012. Os dois trabalhos executados na Rebio servirão como materiais de promoção da biodiversidade exis-



LAURO NARCISO-SEAMA/IEMA

REPRESA VELHA, em Duas Bocas, uma das imagens registradas no livro

tente no local, visando sensibilizar a sociedade em prol da preservação ambiental.

No livro há fotos de animais em extinção, como o urubu-rei e o jacaré de papo amarelo, ambos foto-

grafados em habitat natural.

“Este foi o primeiro projeto realizado em uma reserva biológica onde não são permitidas atividades turísticas, somente educacionais e de pesquisa. Tal fato nos revelou uma biodiversidade incrível e nos permitiu registrar pela primeira vez espécies consideradas raras no local”, comentou o diretor do Instituto, Leonardo Merçon.

Para o gestor da unidade, Rafael Lorenzon Boni, a motivação para a realização do livro foi à popularização das informações. “Nós temos muitos dados científicos sobre a região, mas que não são palpáveis para as escolas. O livro traz a oportunidade de trabalharmos de uma forma diferente com os estudantes”, explicou.

Biblioteca itinerante percorre as escolas

Com acervo de 85 livros de literatura infantil e uma temática voltada principalmente para o meio ambiente, o projeto Biblioteca Itinerante é oferecido nos seis parques estaduais e na Reserva Biológica de Duas Bocas, todos gerenciados pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

A iniciativa visa estimular a leitura e a disseminação de discussões sobre assuntos ambientais junto aos alunos das escolas de comunidades vizinhas das unidades de conservação.

A biblioteca utiliza a identidade visual de cada unidade onde está

inserida, com ilustrações de espécies típicas da fauna do local.

Os animais que identificam os parques são: lontra (Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça, em Alegre), onça parda (Reserva Biológica de Duas Bocas, em Cariacica), onça pintada (Parque Estadual de Forno Grande, em Castelo), bicho preguiça (Parque Estadual de Itaúnas, em Conceição da Barra), macaco barbado (Parque Estadual de Mata das Flores, em Castelo), Libélula (Parque Estadual Paulo César Vinha, em Guarapari) e lagarto (Parque Estadual da Pedra Azul, no município de Domingos Martins).



SEAMA/IEMA

BIBLIOTECA ITINERANTE visita as escolas levando um literatura focada em temas ambientais

SAIBA MAIS

Reserva Biológica de Duas Bocas

- > O LOCAL REPRESENTA um importante fragmento florestal de Mata Atlântica em bom estado de conservação.
- > OS ESFORÇOS do governo do Espírito Santo para preservação ambiental da região de Duas Bocas tiveram início em 1912, com a desapropriação de várias propriedades para a ampliação do fornecimento de água em

Cariacica, Vila Velha e Vitória.

- > EM 1965, foi instituída como área protegida com a criação da Reserva Florestal de Duas Bocas, em homenagem ao rio de mesmo nome que corta a floresta.

- > A ÁREA TAMBÉM ABRIGA a represa de Duas Bocas, inaugurada pelo Presidente Getúlio Vargas.